

ATA DA 9ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2023, REALIZADA EM FORMATO HÍBRIDO.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, às 10h, em formato híbrido, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça **Cleandro Alves de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Teresinha de Jesus Marques, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, Luís Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima, Clotildes Costa Carvalho, Hugo de Sousa Cardoso, Antônio de Moura Júnior e Lúcia Rocha Cavalcanti Macêdo**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio Ivan e Silva, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando e Aristides Silva Pinheiro**. O Presidente cumprimentou a todos. Em seguida, verificada a existência de quórum regimental, declarou aberta a sessão. Na sequência, o Presidente passou ao primeiro item da pauta. **Item 1 - Discussão e aprovação da Ata da 8ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2023**. A ata foi aprovada sem retificação. Passou-se ao **item 2 - Apresentação e deliberação da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2024 (Lei Complementar nº 12/93, art. 16, inciso III e art. 3º, inciso III, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça)**. O Presidente passou a palavra à Chefe de Gabinete, Promotora de Justiça Cláudia Seabra, para apresentação da proposta orçamentária. Inicialmente, a Dra. Cláudia cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de apresentar a proposta orçamentária para o exercício de 2024. Falou que a comissão para elaboração da proposta orçamentária foi instituída pela Portaria PGJ-PI nº 3033/2023, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Cleandro Alves de Moura, composta pelo Procurador de Justiça Hugo de Sousa Cardoso, pelos Promotores de Justiça Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra, Denise Costa Aguiar e Maurício Gomes de Sousa,

e pelos servidores José Arimatéa Marques Area Leão Costa, Ítalo Silva Vaz e Clériston de Castro Ramos. Explicou que a proposta orçamentária foi construída oportunizando à sociedade piauiense a apresentação de sugestões por meio de e-mail, assim como foi oportunizado internamente às unidades do MPPI por meio do formulário do Plano Anual de Contratação – PAC, tendo recebido 844 demandas, totalizando 242.976 itens, representando R\$ 39.826.574,67. Acrescentou que também foram compiladas as demandas oriundas da associação e do sindicato. Apresentou a estrutura de pessoal do Ministério Público, assim como fez um comparativo entre o quantitativo dos membros do judiciário e dos membros do Ministério Público, ressaltando que é preciso aumentar o quadro de membros do MPPI, visto que a atuação extrajudicial é selecionada como prioritária pelo Conselho Nacional do Ministério Público, de forma que há um déficit de 28 Promotores de Justiça em relação ao número de Juízes. Mostrou os números da inflação a partir de 2018 em comparação com o incremento, estimando-se que a inflação feche o ano de 2023 em 4,93 %. Esclareceu que, por meio de uma análise apurada de todos os contratos permanentes, das demandas solicitadas e das necessidades da instituição, chegou-se a um incremento de 21,13%. Ressaltou que foram disponibilizadas aos membros do Colegiado todas as informações antecipadas sobre a proposta orçamentária, a fim de cumprir o Regimento do CPJ. Apontou as previsões de arrecadação para as unidades orçamentárias: Fundo de Modernização do Ministério Público - R\$ 12.000.000,00 e Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor - R\$ 2.000.000,00. Concluindo, apresentou o detalhamento da proposta orçamentária para 2024, ressaltando que o valor do orçamento proposto é de R\$ 320.935.596, que corresponde ao incremento de 21,13% em relação ao orçamento vigente. Por fim, colocou-se à disposição para qualquer questionamento. Após, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes cumprimentou a todos e, no nome da Dra. Cláudia Seabra, cumprimentou a comissão de orçamento, que de maneira bem transparente e participativa elaborou um trabalho arrojado contemplando as várias áreas de atuação do Ministério Público. Registrou que é um orçamento muito enxuto para a realidade e o crescimento do MPPI. Falou que é preciso trabalhar essa proposta para que seja aprovada da maneira como foi apresentada, e torcer para que o governador seja sensível para fazer essa proposta também a proposta do poder executivo. O Dr. Fernando parabenizou a Dra. Cláudia Seabra pela exposição da proposta orçamentária, bem como os membros da comissão. Em seguida, o Presidente passou a colher

os votos. Na oportunidade, os Procuradores de Justiça se manifestaram acerca da proposta orçamentária, assim como parabenizaram a comissão de orçamento, na pessoa da Dra. Cláudia Seabra, pelo trabalho realizado na elaboração da proposta apresentada. Concluída a votação, o Presidente declarou que, por unanimidade, o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou a proposta orçamentária para o exercício de 2024. Na sequência, o Presidente agradeceu a todos os membros da comissão por ele presidida, principalmente a Dra. Cláudia, que com ele sofre as agruras da falta de recurso e o ajuda na administração do MPPI. Em seguida, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes propôs voto de pesar e solidariedade às vítimas da enchente ocorrida no Rio Grande do Sul. O Presidente submeteu a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade pelo Colégio de Procuradores e será enviada ao Procurador-Geral do Rio Grande do Sul. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão, e para constar, eu, Zélia Saraiva Lima, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 13 de setembro de dois mil e vinte três.